

## 4468 Antes, depois

Oito anos após o início das obras civis e cinco meses antes da inauguração da usina, a Eletronorte traz ao grande público "tudo sobre o meio ambiente de Tucuruí", em uma página de matéria paga distribuída aos jornais. O material tenta demonstrar que a Eletronorte já vem cuidando dessa questão há algum tempo e por isso não será apanhada de surpresa por problemas ecológicos resultantes do represamento do rio Tocantins.

Mas se houve algum tipo de acompanhamento, fica muito claro que a concepção do projeto nada incluiu sobre meio ambiente. Não se procurou montar um retrato do que era a região antes que ela começasse a ser transformada pelas obras de desvio, de contenção e, por fim, de fechamento do rio. A Eletronorte valeu-se de informações hídricas, mas as séries históricas disponíveis — segundo alguns testemunhos técnicos — eram insuficientes. Mesmo sobre a geomorfologia, o arremate final, dado pelo cientista Aziz Ab'n Saber, só veio quando a construção estava em curso.

A primeira manifestação concreta da preocupação ecológica, que a Eletronorte alega ter mantido desde o início, só surgiu em 1976, com a criação da Divisão de Ecologia, posteriormente transformada em Assessoria de Meio Ambiente, vinculada diretamente à presidência da empresa. Nesse momento, muitas informações básicas sobre a paisagem e sua composição estavam perdidas. O método comparativo deixara praticamente de ser utilizável.

Em 1977, Robert Goodland — co-autor do livro "Do Inferno Verde ao Deserto Vermelho" — redigiu um relatório de diagnóstico de todos os problemas ambientais que a hidrelétrica poderia causar. Era mais um roteiro de trabalho, já que Goodland, sozinho, não poderia substituir toda uma equipe de especialistas requerida por um levantamento tão amplo. Mesmo assim, ele fez várias críticas e apontou diversos problemas em surgimento.

O "Relatório Goodland", como vários outros documentos produzidos sob encomenda, continuou a ter um acesso muito limitado. Ninguém, fora de um círculo restrito da própria empresa, poderia dizer que o relatório realmente serviu de matriz para os estudos ecológicos em detalhe que deveriam ser realizados. Mas deve estar enfeitando alguma prateleira, como outros produtos similares que a tecnocracia encomenda e a nação paga, mas poucos lêem (isto quando o papel transforma-se em prática).

A Eletronorte diz que o relatório de Goodland (um especialista em cerrados) foi "o ponto de partida" para o Plano de Trabalho Integrado para Controle Ambiental de Tucuruí, através do qual foram estabelecidas as diretrizes de atuação da empresa na Amazônia.

O plano também é um documento de uso interno, mas a integração de ações apreendida pela Eletronorte não chega a ser tão facilmente visível, nem se nota claramente um comando por trás de algumas das iniciativas adotadas (que não chegam a constituir propriamente um *corpus orgânico*).

Várias delas foram desencadeadas antes que a Eletronorte tivesse, de fato, uma visão de conjunto do problema. Só em 1980, a empresa passou a ter, no Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, sediado em Manaus), um consultor de pesquisas sobre o meio ambiente. É absolutamente questionável que o Inpa tenha conduzido realmente uma pesquisa abrangente ou chegado a resultados conclusivos, capazes de orientar toda a ação preventiva que a grandiosidade do problema requer.

Faltou tempo e não houve perspectiva. Os técnicos envolvidos na obra podem achar que este tipo de preocupação peca pelo excesso de zelo, pela obsessão cientificista de estudar à exaustão a população animal e vegetal, sem compromisso como os aspectos econômicos e utilitários da obra. O argumento já foi empregado no passado, a experiência encarregou-se de demonstrar sua ruínoza miopia, mas esta deformação parece difícil de superar.

No final da nota, o presidente da Eletronorte defende-se da acusação de que sua empresa preocupasse apenas em construir usinas: "estamos na fileira dos promotores do desenvolvimento nacional", diz Douglas Souza Luz. Com quem a Eletronorte debateu antes de chegar a uma conclusão tão categórica? Quem avalia sua afirmativa? Por qual ótica a empresa vê o desenvolvimento?

Aos barrageiros, estes questionamentos podem parecer firulas acadêmicas, coisa de pessoas que vivem "ouvindo estrelas", como poetas e ecólogos. Poderá, no entanto, a Eletronorte garantir aos produtores da região a energia barata de que eles precisam para progredir? Poderá a Eletronorte assegurar às pequenas cidades, algumas das quais deslocou do eixo civilizatório dos rios para as vicinais rodoviárias, iluminação de fonte hidráulica?

O não aproveitamento econômico da madeira, o fechamento do rio à navegação, a falta de uma "escada de peixes", o silêncio absoluto sobre o melhor aproveitamento das fraldas de terras marginais ao reservatório, a incógnita fática sobre os desdobramentos da inundação das árvores, isso — e muito mais — indica que se fez uma barragem como obra energética e não como instrumento pré-concebido de desenvolvimento. Ou, se pensaram nesses termos, estão deixando a grande surpresa para o último momento. Um presente acabado e pronto.